

Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão

Cláudia Camilo* / Margarida Vaz Garrido*

* CIS-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

A negligência parental tem surgido associada à falta de competência dos pais para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores, colocando em risco o seu bem-estar. O presente artigo apresenta um breve enquadramento do fenómeno da negligência parental, sua prevalência e relevância social no contexto nacional. São ainda apresentadas algumas definições de negligência, referidos alguns dos seus modelos teóricos de enquadramento e os principais fatores de proteção e de risco associados. Em seguida descrevemos brevemente um conjunto de programas de intervenção com famílias negligentes desenvolvidos e aplicados em contexto nacional. Esta análise indica que são ainda escassos os programas que apresentam um quadro teórico de referência específico, metodologias e estratégias bem definidas e ainda mais raros os que utilizam desenhos de avaliação que permitem aferir adequadamente a sua eficácia. No final do artigo, e com base na literatura e nos programas analisados, procuramos sistematizar um modelo geral de intervenção neste contexto e apresentar algumas propostas relativas à estrutura e conteúdo dos programas de formação parental bem como às metodologias e procedimentos de desenho e de avaliação dos seus resultados.

Palavras-chave: Competências parentais, Metodologias de intervenção e de avaliação, Negligência parental.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar uma revisão crítica da literatura sobre programas de intervenção para famílias negligentes. Com base no presente objetivo, propomo-nos (i) apresentar alguns indicadores da prevalência da negligência a nível nacional; (ii) definir o fenómeno da negligência e rever brevemente a literatura que aborde teoricamente os seus principais determinantes e problemáticas associadas; (iii) rever alguns modelos de intervenção junto de famílias em situação de risco psicossocial, com práticas parentais negligentes e/ou maltratantes associadas, e (iv) sistematizar uma proposta de modelo de intervenção bem como metodologias de desenho e avaliação de programas com vista à redução das práticas parentais negligentes.

Negligência parental: Prevalência e relevância social

As dinâmicas familiares negligentes associam-se geralmente à falta de conhecimento ou competência parental para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores. A nível nacional, e ainda que circunscritos às duas principais cidades do país (Lisboa e Porto), os

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Cláudia Camilo, CIS-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. E-mail: claudia_sofia_camilo@iscte.pt

trabalhos de Amaro (1986) indicam uma taxa de negligência superior à de outros tipos de mau trato (48% dos casos). A *prevalência* da negligência de crianças e jovens em Portugal tem constituído um dos principais motivos de abertura de processos pelos serviços de proteção de menores (38.2% dos processos; Relatório da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco [CPCJ], 2011).

Atendendo a que as dinâmicas familiares negligentes podem representar um risco para o pleno desenvolvimento da criança, as respostas institucionais previstas para estas situações podem incluir a retirada dos menores das suas famílias e sua consequente institucionalização. No entanto, são inúmeros os estudos que documentam os graves danos psicossociais que a separação do agregado familiar de origem pode provocar, nomeadamente a constante necessidade de adaptação a novos contextos, bem como ambivalência no reconhecimento das figuras parentais e na construção da relação de vinculação (e.g., Fernández, Alvarez, & Bravo, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003). Neste contexto, como alternativa à separação da família e/ou institucionalização da criança, a preservação familiar tem sido apontada como a estratégia potencialmente mais adequada no trabalho com pais negligentes (e.g., Caldera et al., 2007; Fernández et al., 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006). A intervenção junto destas famílias assume assim particular *relevância social*, como estratégia para evitar a rutura definitiva (Martins, 2005; Tribuna & Relvas, 2002). Para além de se apresentar como uma alternativa à institucionalização cujas consequências psicológicas, sociais e económicas se encontram largamente documentadas, a intervenção com famílias negligentes procura constituir-se como uma resposta eficaz na redução e/ou extinção das próprias práticas parentais abusivas, que podem representar um risco (ou perigo) para a criança que, após sinalizada, permanece no seu agregado familiar.

Em consonância com a literatura supracitada, a medida de “apoio junto dos pais” representa cerca de 77% das medidas aplicadas pelas CPCJ, ao contrário do acolhimento institucional, que se aplica em apenas 9% das situações (Relatório CPCJ, 2011). Estes indicadores sugerem a crescente prevalência de estratégias de preservação familiar fundamentadas no superior interesse da criança e a sequente necessidade de desenvolver, implementar e avaliar programas de intervenção com pais negligentes.

A negligência parental como forma de mau trato

Foi já durante o séc. XX que a negligência começou a ser considerada como um problema social e definida como uma forma de mau trato (que por sua vez já havia sido reconhecido como tal no século anterior; Miller-Perrin & Perrin, 1999). Embora se assista ainda a alguma falta de consenso quanto à definição dos conceitos (Zigler & Hall, 1989), mau trato diz geralmente respeito a “qualquer forma de trato físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder” (Magalhães, 2004, p. 33) que perturbem o desenvolvimento físico, psicológico ou emocional considerado como normal para a criança (Pontón, Franco, & Ramírez, 2006; Roig & De Paúl, 1993). O mau trato pode ser ativo, quando inclui o uso da força física, sexual ou psicológica; ou passivo, quando revela omissão e falha nos cuidados que condicionam o bem-estar da criança (Barudy, 1998).

A negligência, do latim *negligentia*, significa descuido e falta de cuidado e é descrita como uma forma frequente de mau trato infantil que se traduz na dificuldade ou na incompetência dos pais para salvaguardarem a saúde e o bem-estar da criança (Delgado, 1996). Este tipo de mau trato pode ser consciente ou inconsciente, e decorre geralmente de falta de informação, incapacidade ou pobreza (Roig & De Paúl, 1993). A negligência surge também definida como uma falha, pontual ou permanente, na provisão de necessidades básicas às crianças (e.g., como a alimentação, higiene, vestuário, proteção e supervisão em situações perigosas, educação e cuidados

médicos; Moreno, 2002), que pode dar origem a danos no seu desenvolvimento e bem-estar (Wolock & Horowitz, 1984).

Numa abordagem mais sistemática, Calheiros (2006) distingue as diferentes formas de negligência, referindo que (i) a negligência física diz respeito à falta de provisão, ou seja, à omissão, por parte dos adultos, de cuidados básicos à criança ao nível das suas necessidades físicas (habitação, alimentação, higiene, vestuário, acompanhamento da saúde física), (ii) a negligência educacional refere-se a omissões parentais relativamente ao acompanhamento escolar, desenvolvimento e saúde mental da criança e, (iii) a falta de supervisão, referindo-se a omissões dos pais ao nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento aos filhos menores.

As consequências da negligência foram também alvo de estudo e de sistematização (e.g., Azevedo & Maia, 2006; Crittenden, 1999; González, 2007), que salientam o impacto da negligência física na saúde (e.g., má nutrição, hipo-crescimento cerebral, infeções respiratórias ou gastrointestinais, problemas auditivos, visuais ou auto-mutilação da criança); a relação entre a negligência educacional e elevados níveis de absentismo e abandono escolar; a ocorrência de sinais como auto-suficiência compulsiva, falsa maturidade, dificuldades nas relações sociais e isolamento em crianças vítimas de negligência emocional; e ameaça à integridade física da criança decorrente da falta de supervisão.

Modelos de suporte teóricos

No âmbito da Psicologia Comunitária, o modelo ecológico de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979), e o modelo de Belsky (1993), constituem uma referência na compreensão do fenómeno da negligência assente na interação do indivíduo com o meio. À luz destes modelos, a negligência é determinada pelo equilíbrio entre os factores stressores e os de suporte (Belsky, 1980; Belsky & Vondra, 1989). Quando os factores stressores superam os de suporte, a probabilidade de mau trato à criança tende a aumentar (Belsky, 1993).

O Modelo Transaccional de Cicchetti e Rizley (1981) permite igualmente enquadrar este fenómeno, definindo o mau trato como expressão de um desequilíbrio no sistema pais-criança-meio. Os autores concebem os factores de risco em duas vertentes: potencializadora, que aumentam a probabilidade de mau trato, e compensatória, que diminuem o risco de mau trato. Os factores de vulnerabilidade podem ser constantes quando incluem factores a longo termo, de ordem biológica, histórica, psicológica ou ecológica, ou flutuantes, quando as condições indutoras de stress na família que podem levar os pais ao mau trato ou negligência são transitórias. É da falta de equilíbrio entre factores potenciadores e compensatórios que poderão resultar padrões de parentalidade negligente.

Mais recentemente e no âmbito de um modelo cognitivo de processamento de informação social (e.g., Milner, 1993, 2003), Crittenden (1993) sugere que a negligência parental poderá decorrer de falhas ou enviesamentos no processamento de informação, nomeadamente informação relativa à criança (Crittenden, 1993; Hildyard & Wolfe, 2007). Assim, a negligência poderá decorrer da incapacidade dos cuidadores em (1) perceber os sinais e estados da criança, (2) interpretar corretamente estes sinais, (3) seleccionar e (4) implementar uma resposta adequada.

Fatores potenciadores e fatores compensatórios

Fatores potenciadores da negligência. De acordo com vários estudos (e.g., Magnuson & Duncan, 2002; McLoyd, 1998) a desvantagem económica das famílias pode associar-se a práticas parentais abusivas, nomeadamente à negligência (Almeida, André, & Almeida, 1999; Bondarenko, 2008; Bronfenbrenner, 1986; Calheiros, 2006; Evans & English, 2002; Flores, 2004; Peirson, Larendau, & Chamberland, 2001). Note-se, no entanto, que a pobreza não tem uma relação direta com a

negligência. A negligência surge associada a fatores de risco decorrentes da situação de pobreza, que aumentam a probabilidade de o indivíduo experienciar situações geradoras de stress e desgaste psicológico que poderão contribuir para a parentalidade negligente (e.g., Bronfenbrenner, 1986; Tang, 2008).

A escassez de recursos financeiros e materiais, as dificuldades em suprir necessidades básicas, inadequação da habitação, instabilidade no emprego ou desemprego a par do isolamento social, baixa inserção sociocultural, e exposição a situações de violência doméstica ou comunitária constituem alguns dos fatores (Evans & English, 2002; Peirson et al., 2001) que frequentemente colocam as famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial ou de exclusão social (Bondarenko, 2008). Por sua vez, crianças em situação de pobreza são também elas expostas, no seu ambiente imediato, a fatores de stress, físicos e psicológicos. Estes fatores, constituem situações de vulnerabilidade potencialmente geradoras de problemas de comportamento e de dificuldades de auto-regulação (Evans & English, 2002). Estes contextos repercutem-se na relação pais-filhos, tornando-a mais negativa, e potenciam a emergência de práticas parentais abusivas (Dearing, 2008).

A falta de condições de habitabilidade, de estrutura e organização (Evans & English, 2002) aparecem também na literatura como fatores de risco da negligência (e.g., Stavrianos, Stavrianou, Stavrianou, & Kafas, 2009). Este aspeto assume especial importância na medida em que ambientes organizados e com rotinas padronizadas tendem a promover o desenvolvimento de competências cognitivas adequadas, nomeadamente ao nível da compreensão e representação dos eventos de vida diários, ao contrário do observado em ambientes caóticos (Flores, 2004).

De entre os múltiplos fatores frequentemente associados a práticas parentais negligentes, destacam-se ainda o abuso de substâncias por parte dos cuidadores, indutores de padrões de interação negativos, baixos níveis de competência parental e problemas graves de saúde (Peirson et al., 2001; Stavrianos et al., 2009), e ainda a presença de psicopatologias nos pais (Belsky, 1993).

Crittenden (1999) sistematiza os fatores stressores da negligência agrupando-os por tipos de negligência que promovem, referindo (i) a *negligência desorganizada*, caracterizada por práticas parentais inconsistentes, observadas em famílias em constante crises cíclicas, que vivem em ambientes totalmente desorganizados, desenvolvendo respostas emocionais imprevisíveis à criança; (ii) a *negligência emocional*, que se caracteriza pela desconexão emocional entre pais e filhos, cujas relações são pautadas por regras limitadas e demasiado ponderadas, nas quais não há lugar a afetos; e (iii) a *negligência depressiva*, que reflete, segundo a autora, a clássica imagem da criança negligenciada, a quem são asseguradas as principais necessidades físicas, mas à qual são ignorados pelos pais todos os pedidos de atenção, acabando por desenvolver apatia e sintomas depressivos.

Fatores compensatórios da negligência. As práticas parentais negligentes podem ser prevenidas ou diminuídas por vários fatores que compensam o risco de negligência e que potenciam os pontos fortes das famílias. A promoção do adequado desempenho parental, por exemplo, funciona como fator de proteção nomeadamente para as crianças que enfrentam os riscos associados à pobreza (Hanson, McLanahan, & Thomson, 1997). O suporte social constitui-se também enquanto fator protetor da negligência. De acordo com vários autores (e.g., Horwath, 2007; Matos & Sousa, 2004; Stavrianos et al., 2009) as redes de suporte social, formais ou informais, funcionam como um “amortecedor” dos sentimentos de stress experienciados pelos pais, ao promoverem apoio e suporte às necessidades imediatas das famílias.

A própria estrutura familiar pode também constituir-se como um fator de proteção da negligência. A literatura indica que em famílias onde coabitam os dois cuidadores, a probabilidade de ocorrerem práticas negligentes é menor do que em famílias monoparentais, assim como em famílias com menor dimensão, sem muitos filhos (Peirson et al., 2001). Neste contexto, Horwath (2007) destaca ainda o papel das “avós” maternas no apoio às filhas, na educação dos netos, e no suporte emocional que podem trazer contribuindo para o bem-estar da família.

As rotinas familiares constituem outro dos fatores protetores do risco de negligência. Vários estudos empíricos, referenciados por Fiese e Marjinsky (1999), evidenciam a importância destas rotinas na organização da vida familiar e nas práticas parentais do cuidar, que revelam ser importantes vetores na resolução de problemas entre pais e filhos e entre o casal (Kiser, Bennett, Heston, & Paavola, 2005).

Padrões de vinculação segura com o cuidador principal constituem igualmente um fator compensatório na interação pais-filhos, na medida em que estes cuidadores apresentam maior capacidade de responder adequadamente às necessidades das crianças e demonstram mais afetividade em relação aos seus filhos (Morton & Browne, 1998; Stavrianos et al, 2009).

Vários estudos referenciados por Pereira (2012) sugerem ainda que a própria criança apresenta fatores que se podem constituir como protetores ou compensatórios da ocorrência da negligência, nomeadamente ao nível do temperamento e comportamento, cujas capacidades de auto-regulação, gestão de emoções ou resolução de problemas, poderão aumentar ou diminuir a responsividade dos cuidadores (Belsky, 1993; Deater-Deckard, Ivy, & Smith, 2005; Peirson et al., 2001).

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS MALTRATANTES

A manutenção da criança na sua família de origem, e conseqüente extinção da situação de perigo a que a criança está exposta, exige respostas de intervenção integradas na família.

A literatura sobre os determinantes da negligência e fatores de risco e proteção serve de suporte teórico ao desenvolvimento de programas que visam, de uma forma geral, providenciar no imediato recursos concretos, relacionados com as necessidades básicas mas também responder às necessidades psicossociais e educativas das famílias (DePanfilis, 1999).

A promoção das competências parentais com famílias em situação de risco, nomeadamente negligentes, deverá assim abordar conteúdos relativos à satisfação das necessidades da criança, à relação educativa (Abreu-Lima et al., 2010), atendendo ainda às necessidades dos cuidadores, à sua auto-estima e bem-estar (Cruz & Carvalho, 2011).

Em consonância com estas evidências, e no contexto português, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) prevê que, quando são aplicadas medidas de apoio junto dos cuidadores (artigos 39º e 40º), estes possam beneficiar de formação com vista ao melhor exercício das suas funções parentais (artigo 41º).

Apresentação dos programas de formação parental

Atendendo à importância de conhecer o estado da arte nacional no contexto da formação parental, referimos em seguida um conjunto de programas desenvolvidos com famílias em situação de risco, dando conta das suas principais características, designadamente os objetivos, suporte teórico, dinamizadores, público-alvo, metodologias de avaliação, estratégias de intervenção e resultados (ver Quadro 1). A escolha dos programas analisados, de um vasto leque de programas existentes, fundamenta-se no facto de apresentarem informação sistematizada, como é o caso dos projetos de formação parental financiados pelo *Programa Crianças e Jovens em Risco* da Fundação Calouste Gulbenkian e dos programas baseados em evidência (para definição ver Guerra, Graham, & Tolan, 2011; McCall, 2009), nacionais e internacionais implementados em Portugal, apresentados no *Relatório de Avaliação de Intervenções de Educação Parental* (Abreu-Lima et al., 2010; Almeida et al., 2012).

QUADRO 1

Programas de formação parental

Nome	Objetivos	Fundamentação	Dinamizadores	Público-alvo	Estratégias	Metodologia de avaliação	Resultados
<i>Espaço da Família – Programa de Formação Parental</i> (Capelo & Carinhas, 2011)	Envolver os pais no processo de educação e formação dos filhos; reforçar os laços familiares, através da promoção de competências pessoais, sociais e educativas/parentais	Teoria ecológica-sistémica Teoria cognitivo-comportamental	Técnicos com formação superior, em Psicologia Clínica, Ciências da Educação e Educação Social	93 famílias em situação de risco psicossocial, acompanhadas pelos serviços de R.S.I. ou CPCJ	Realização de sessões temáticas de grupo, com periodicidade semanal e de atividades lúdico-pedagógicas em família	Avaliação inicial das expectativas face ao projeto. Vários momentos de avaliação ao longo da implementação do projeto, com pais e formadores, para avaliar a adesão às atividades, grau de satisfação, objetivos e metodologias das sessões Avaliação da eficácia do projeto após término da intervenção, com a aplicação de instrumentos de avaliação às famílias participantes (avaliação das "impressões", finais, comparadas com expectativas iniciais), formadores e entidades parceiras (avaliação da adequabilidade, pertinência, eficácia e impacto do projeto)	A intervenção teve um impacto positivo nas competências parentais de mais de metade dos pais e a maioria sentiu-se satisfeito com as sessões e temáticas abordadas
<i>Escola de Pais – Um programa de formação parental para famílias de alto risco</i> (Pacheco et al., 2011)	Melhorar a qualidade da relação parental das famílias, através da promoção de respostas adequadas do cuidador às necessidades da criança	Teoria do Desenvolvimento Social. Teoria da Vinculação	Técnicos com formação superior em Psicologia, Serviço Social e Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e famílias em risco	129 cuidadores; 22 alvo de programa de intervenção individualizado em conjunto com os filhos; os restantes participaram em ações de formação parental alargada	Técnicas de trabalho com pais em pequeno grupo (a partir de registos de vídeo de interações cuidador-criança); ações temáticas de formação parental alargada; visitas domiciliárias	Foram estabelecidos como critérios de inclusão na amostra os cuidadores (i) não sofrerem de perturbações psiquiátricas graves e/ou debilidade mental, (ii) terem filhos menores a cargo com idades entre os 0 e os 12 anos, e (iii) não serem acompanhados por outra entidade. O projeto teve um design quasi-experimental, com pré e pós teste, recorrendo à aplicação de escalas de avaliação dos padrões de vinculação às mães e filhos	No final da intervenção, 80% das crianças apresentaram alterações das representações da vinculação, no sentido da segurança, e na expressão dos afetos, reação à separação e distância simbólica, e constatou-se uma melhoria significativa na qualidade da relação parental

Nome	Objetivos	Fundamentação	Dinamizadores	Público-alvo	Estratégias	Metodologia de avaliação	Resultados
<i>Nova Mente – Programa de preservação familiar e formação parental</i> (Vaz et al., 2011)	Contribuir para o desenvolvimento de competências parentais, diminuindo os fatores de risco e aumentando os fatores de proteção das crianças e jovens, diminuir as repostas de acolhimento institucional	Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano Modelo Terapêutico Familiar Estrutural Eossistémico Modelo de Reseducação de Nicholas Hobbs Modelo Psico-educativo de Intervenção na Crise	Técnicos com formação superior em Psicologia, Serviço Social e Intervenção Psicosocial com Crianças e Jovens	52 famílias em situação de risco psicossocial, acompanhadas pelos serviços de R.S.I., CPCJ ou E.C.J.	Atividades temáticas de formação parental, com periodicidade semanal, incluindo atividades de valorização pessoal para pais e mães e sessões lúdicas para pais e filhos Intervenção individualizada com a família no âmbito da Preservação Familiar, através de visitas domiciliárias realizadas entre 3 e 5 vezes por semana	Ao nível da Preservação Familiar, foi efetuada a avaliação das necessidades e estabelecidos os objetivos da intervenção em conjunto com a família no início do projeto, e a avaliação dos resultados ao longo da intervenção, com vista à avaliação das competências desenvolvidas Realizaram-se <i>focus groups</i> com os técnicos para avaliação do projeto e foram aplicados questionários de avaliação da satisfação das famílias, técnicos e parceiros	O impacto do projeto foi positivo. A maioria das famílias mantiveram-se no projeto até ao fim, cumpriram os objetivos definidos nos planos de intervenção individualizada e reduziram as suas práticas negligentes e maltratares. O <i>follow-up</i> , 2 meses após a intervenção, indicou que 90% das crianças permaneceram com a sua família de origem, não tendo sido expostas a medida de acolhimento institucional
<i>Para Pais sobre Filhos</i> (Rodrigues et al., 2011)	Promover a auto-perceção das competências parentais, com enfoque nas forças e recursos das famílias e nos processos de resiliência familiar	Modelo da Pedagogia Terapêutica, Modelos Ecológico e Sistémico	Técnicos com formação superior em Educação Especial, Reabilitação, Psicologia e Serviço Social	76 famílias com filhos com idades entre os 5 e os 12 anos	Realização de sessões de grupo (periodicidade mensal) e individuais com os pais e sessões paralelas com os filhos, em articulação com os educadores de infância	Avaliação da "efetividade e impacto", com pré e pós avaliação, através de escalas de avaliação quantitativa, e avaliação da "relevância e eficácia", com recurso a metodologias qualitativas	Quanto à avaliação da "efetividade e impacto", verificaram-se mudanças concretas nas práticas de risco associadas ao mau trato e negligência, verificou-se diminuição, ainda que pouco significativa, das situações de risco elevado e médio risco Quanto à avaliação da "relevância e eficácia", as famílias revelaram evoluções positivas no decorrer do programa, nomeadamente ao nível da comunicação e <i>responsividade</i> aos filhos
<i>Novas Oportunidades Parentais</i> (Santos, Santos, & Ribeiro, 2011)	Capacitar as famílias de jovens em situação de risco, responsabilizando-as pelo acompanhamento dos filhos, evitando a retrada da família ou permitindo a reintegração familiar	Modelos da intervenção precoce. Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em situações de risco e de perigo	Técnicos com formação superior em Educação, Psicologia, Serviço Social e Animação	65 famílias acompanhadas pelos serviços de proteção de menores (CPCI e EMAT)	As famílias foram encaminhadas pelos serviços de proteção de menores. Em contexto de visita domiciliária, avaliaram-se dificuldades/necessidades ao nível das competências parentais de cada família. A equipa definiu um plano de formação ajustado. A formação decorreu em sala, com formadores externos à equipa. A par destas sessões de grupo, foram realizadas visitas de tutoria	Aplicação de questionário de avaliação do projeto às famílias (avaliação da importância e adequabilidade das temáticas da formação em sala e das tutorias) e avaliação de processo pela equipa técnica (avaliação da adaptação do projeto às características das famílias, estratégias e organização dos grupos)	As 50 crianças e jovens sinalizadas, com processo de promoção e proteção, cujos cuidadores participaram na formação parental, mantiveram-se na família e 3 crianças que já se encontravam institucionalizadas regressaram à família. O projeto contribuiu para prevenir a institucionalização e reintegração familiar em 75%

Nome	Objetivos	Fundamentação	Dinamizadores	Público-alvo	Estratégias	Metodologia de avaliação	Resultados
SAFER (Dimis, Delgado, & Chaleira, 2011)	Aumentar as competências das famílias, contribuindo para gerar alternativas na família e evitar a institucionalização das crianças e jovens	Modelo <i>Families First</i> (HOMEBUILDERS, Michigan)	Técnicos com formação superior em Ciências Sociais e Humanas, com formação específica no Projeto Família	94 famílias com filhos em acolhimento institucional, cujo regresso à família se prevê acontecer a curto/médio prazo	Acompanhamento individualizado, intensivo, focalizado e limitado no tempo (6 semanas), na casa das famílias, e encontros temáticos em grupo	Na modalidade de acompanhamento individual, técnicos e famílias preencheram várias escalas de avaliação, ao final de 6 semanas e nos <i>follow-up</i> seguintes (1, 3, 6 e 12 meses). O sucesso foi avaliado quando, ao final de 1 ano, os menores permaneceram com a família. Nos encontros temáticos, foi realizado pré e pós-teste em cada sessão, com o preenchimento de uma escala de avaliação da funcionalidade da família. Foi também realizada avaliação de processo, através de entrevistas aos técnicos dinamizadores e às famílias	Das 94 famílias participantes no projeto, em 58, as crianças e jovens permaneceram com a família ao final de um ano
<i>Projeto Laco</i> (D'Espiney, Oliveira, & Borges, 2011)	Proporcionar o desenvolvimento e/ou reforço das competências parentais e promover a relação positiva das crianças e jovens com o seu contexto.	Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano	Técnicos com formação superior em Ciências Sociais e Humanas e mediadores comunitários	70 cuidadores	Atividades lúdicas e acompanhamento psicossocial às crianças/jovens e famílias; promovendo reuniões de equipa para a partilha e cooperação intergeracional	Avaliação da satisfação com as atividades do projeto (entrevistas abertas às crianças/jovens e famílias; reuniões de equipa para análise de grelhas de atividade (tipo Diário de Bordo); balanço regular com instituições parceiras; colaboração de um avaliador/consultor externo	Mudanças visíveis na relação pais-filhos, evidenciadas pelo acompanhamento dos pais na vida escolar e extracurricular dos filhos. Desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças e reintegração em repositas educativas de jovens em abandono escolar
<i>Rede de Intervenção na Família</i> (Soares & Ferreira, 2011)	Prevenção do mau trato e negligência infantil	Modelo ecológico-transaccional	Técnicos com formação superior em Psicologia e Serviço Social	360 pais e 52 crianças	Intervenção direta com famílias, através da promoção de competências parentais e suporte social (grupos de pais e filhos e acompanhamento individual ou familiar), e intervenção nas redes comunitárias, reforçando o contexto comunitário	Avaliação de processo do programa e do contexto de intervenção através do preenchimento de um questionário de identificação de fatores de risco e de proteção pelos técnicos, e avaliação da efetividade das respostas de formação parental, através de um design quasi-experimental, com a aplicação de uma escala de avaliação dos sentimentos de eficácia, satisfação e interesse parental a um grupo experimental e um grupo de controlo	Verificaram-se mudanças positivas ao nível da auto-perceção de eficácia dos cuidadores que participaram no programa, bem como o reforço da sua rede de suporte

Nome	Objetivos	Fundamentação	Dinamizadores	Público-alvo	Estratégias	Metodologia de avaliação	Resultados
<i>Mais Família-Mais Criança</i> (ver Abreu-Lima et al., 2010; Almeida et al., 2012)	Fortalecer a relação pais-filhos, promover competências parentais e estratégias disciplinares positivas	Teoria da Aprendizagem Social Teoria Cognitiva Terapia Familiar Sistémica	Técnicos com formação específica no programa e supervisão (equipa constituídas por 2 elementos)	Famílias com filhos dos 2 aos 8 anos	Intervenção em 13 sessões (2 horas/ semana) Apoio de um manual para dinamizadores Inclui transporte e refeições para participantes, bem como apoio para os filhos e recompensas pela participação	No âmbito da avaliação de 68 intervenções de educação parental em Portugal (Abreu-Lima et al., 2010; Almeida et al., 2012), com realização de pré e pós teste, foram avaliadas as seguintes dimensões: perceção das práticas parentais (desempenho do papel parental, stressse parental e apoio social); perceção do comportamento da criança (na perspectiva das figuras parentais e dos educadores formais); e satisfação com a intervenção	As intervenções de educação parental demonstraram, de uma forma geral, ter impacto positivo no stress parental, atitudes parentais, perceção de suporte social informal e ao nível das dificuldades emocionais e comportamentais da criança. Todavia, estes resultados estão relacionados com uma série de fatores inerentes à implementação e características das intervenções que os programas nacionais estandarizados (<i>Mais Família-Mais Criança</i> , <i>Em busca do tesouro das famílias e Missão C</i>), com manual e condições pré-definidas de implementação, apresentaram
<i>Em busca do tesouro das famílias</i> (ver Abreu-Lima et al., 2010; Almeida et al., 2012)	Melhorar os estilos disciplinares parentais, aumentar a organização familiar e reforçar a capacidade de resiliência familiar, e diminuir os comportamentos desajustados e aumentar os comportamentos pró-sociais da criança	Terapia Familiar Narrativa e Sistémica Modelos de resiliência familiar Modelo Ecológico-Social Teoria da Aprendizagem Social Teoria da Vinculação	Técnicos com formação específica no programa e supervisão	Famílias com filhos dos 5 aos 11 anos	Realização de 21 sessões, com regularidade semanal Ensaio de competências parentais e posterior reflexão Intervenção em 24 sessões, com regularidade quinzenal, alternadas entre sessões com pais e sessões com filhos Dinamização de sessões com pais, com filhos e familiares Dinamização de jogos familiares Visionamento e discussão de histórias animadas Implementado em contextos comunitários Apoio com lanche, transporte, refeições e apoio para os filhos		
<i>Missão C</i> (ver Abreu-Lima et al., 2010; Almeida et al., 2012)	Com os pais, melhorar a gestão da disciplina e da comunicação pais-filhos e aumentar a eficácia e a satisfação parentais. Com a família, melhorar a organização e a resiliência familiar. Com os adolescentes, diminuir problemas de comportamento e sócio-emocionais e aumentar os comportamentos pró-sociais	Terapia Narrativa e Sistémica Modelos da resiliência familiar Modelo Ecológico-Social Teoria da Aprendizagem Social Teoria da Vinculação Modelo do Desenvolvimento vocacional ao longo da vida	Técnicos com formação específica no programa e supervisão	Famílias com filhos dos 13 aos 16 anos	Técnicas de ação/reflexão Dinâmicas de grupo e jogos de equipa Realização de provas em contexto real, exploração e ensaio de competências Implementado em contextos comunitários Apoio com transporte, refeições conjuntas entre pais e filhos e apoio para os filhos		

Nome	Objetivos	Fundamentação	Dinamizadores	Público-alvo	Estratégias	Metodologia de avaliação	Resultados
<i>Anos Inicriáveis Básico</i> (adaptado de <i>Incredible-Years Program</i> ; ver Webster-Stratton, Gaspar, & Seabra-Santos, 2012)	Ao nível dos pais, fortalecer a relação pais-filhos e estratégias disciplinares positivas. Ao nível da criança, diminuir o comportamento agressivo e de oposição e promover competências sociais e a autorregulação	Teoria aprendizagem social Teoria cognitiva	Técnicos com formação específica no programa e supervisão (equipes constituídas por 2 elementos)	Em Portugal, famílias com filhos 2 a 8 anos (ver Abreu-Lima et al., 2010)	Grupos com um máximo de 12 participantes. Intervenção em 12 sessões (2 horas/semana) Discussão baseada em vídeos, atividades de grupo, atividades para realizar em casa, telefonemas semanais, leituras entre sessões Apoio do Livro, Manual e DVD's Implementação preferencial em contextos comunitários Apoio com transporte, lanche, apoio para os filhos e recompensa pela participação	Avaliação do impacto, através de um design quasi-experimental (pré- e pós teste), a grupos experimentais e de controlo. Aplicado a populações clínicas e em contexto de prevenção	A versão "Básico" demonstrou ter resultados efetivos na melhoria das atitudes parentais, na redução dos métodos disciplinares coercivos e na diminuição de problemas comportamentais da criança, nomeadamente quando aplicadas as técnicas de discussão em grupo e <i>video modeling</i> , e com técnicos com formação específica. Em Portugal, os dados preliminares apontam resultados efetivos na redução de problemas de comportamento da criança em idade pré-escolar
<i>Fortalecimento de Famílias</i> (adaptado de <i>Strengthening Families Program</i> ; ver Kumpf, Whitesid, Green, & Allen, 2010)	Aumentar a resiliência da família e diminuir os fatores de risco associados aos problemas comportamentais, académicos e sociais da criança	Modelo ecológico-social do abuso de substâncias Modelo cognitivo-comportamental Teoria da aprendizagem social Teoria dos sistemas familiares	Técnicos com formação específica no programa e supervisão	Em Portugal, está a ser aplicado no âmbito da prevenção primária das toxicodependências a pais de adolescentes com dificuldades de comportamento ou socio-emocionais	Intervenção em 14 sessões, de 90 minutos e 30 minutos para grupos de pais e filhos Treino de competências, com explicação, demonstração e prática Realização de fichas de trabalho e trabalhos para casa Implementação preferencial em contextos comunitários Apoio com transporte e refeições conjuntas com pais e filhos	A avaliação de resultados, têm um design quasi-experimental e utiliza escalas de avaliação para avaliar a parentalidade positiva, o envolvimento parental, as competências parentais do <i>Strengthening Families Program</i> , a organização, a coesão e a comunicação familiar e a ligação, a supervisão parental, a eficácia parental, o conflito familiar e o abuso de substâncias e álcool dos pais e filhos São ainda avaliadas dimensões emocionais e comportamentais da criança	Os resultados da aplicação a nível internacional sugerem que o programa tem qualidade, evidenciada pelos resultados de impacto observados. Para o grupo etário dos 6 aos 11 anos, o programa melhorou a comunicação familiar e a capacidade de resiliência da família, a supervisão parental, a eficácia parental e a parentalidade positiva. O abuso de álcool e substâncias diminuiu nas famílias com filhos entre os 12 e os 16 anos
<i>Construir Famílias</i> (adaptado do <i>Programa Apoio Personal y Familiar</i> ; Rodrigo, Mátquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006)	Diminuir crenças maternas sobre desenvolvimento da criança baseadas nas correntes "nurturist" e "nativist", aumentar crenças "environmentalist" e "constructivist", promover a utilização de estratégias de controlo restritivas ou indutivas, diminuir práticas negligentes, permissivas ou coercivas	Modelo ecológico dos determinantes da parentalidade	Psicólogos e Assistentes Sociais	Famílias multidesafzadas, que demonstram práticas inadequadas no exercício da parentalidade. Em Portugal, aplicado a famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, com medidas de promoção e proteção nos serviços de menores (ver Abreu-Lima et al., 2010)	Intervenção em 21 sessões (2 horas/semana) Utilização de figuras durante as sessões, para reflexão e debate de variadas situações na interação pais-filhos, e experimentação das situações, para avaliar as consequências que determinada decisão pode ter para a criança ou para a família Apoio com transporte e lanche, apoio aos filhos e recompensas pela participação	Na aplicação original, utilização do desenho quasi-experimental, utilização dos instrumentos (i) "Parental Questionnaire on Child Development and Education" para avaliação das crenças maternas, (ii) "Parental Questionnaire on Parent Agency" para avaliação da competência pessoal das mães e (iii) "Situational Questionnaire on Child-rearing practices" para avaliar as práticas da mãe como cuidadora	As mães diminuíram significativamente as suas crenças "nurturist" ou "nativist" acerca das suas práticas parentais para o desenvolvimento favorável da criança. Aumentaram significativamente o seu sentimento de auto-eficácia, controlo interno, entendimento marital e dificuldade nos seus diferentes papéis sociais, demonstrando também com maior frequência práticas parentais indutivas e com menor frequência, estilos coercivos ou permissivos

Os programas de formação parental ou, de acordo com a designação de Abreu-Lima e colaboradores (2010), as *intervenções* de formação parental brevemente resumidas no Quadro 1, refletem de forma global o *objetivo* de promover práticas parentais positivas, que funcionem como fatores de proteção à criança em situação de risco, nomeadamente através da sua consistência, de disciplina apropriada, de respeito pela individualidade da criança, de suporte emocional, de reforço dos comportamentos de aprendizagem e de responsividade adequada às necessidades da criança (Peirson et al., 2001). Alguns dos programas apresentados focam-se mais especificamente na melhoria da qualidade da relação pais-filhos, como por exemplo o projeto *Escola de Pais* (Pacheco et al., 2011), e nas estratégias disciplinares dos pais, reforçando a assertividade e responsividade na aplicação de regras e disciplina como por exemplo o programa *Em Busca do Tesouro das Famílias* (ver Abreu-Lima et al., 2010). De uma forma geral, os programas visam também prevenir as respostas de acolhimento institucional, nomeadamente aqueles que se destinam a famílias com filhos sinalizados aos serviços de proteção de crianças e jovens, como é o caso do projeto *SAFER* (Dinis, Delgado, & Chaleira, 2011) ou o projeto *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011). Outro dos programas referidos, o *Novas Oportunidades Parentais* (Santos, Santos, & Ribeiro, 2011), tem ainda como objetivo principal a reintegração familiar, ou seja, intervém com famílias cujos filhos já se encontram em resposta institucional. De uma maneira geral, os objetivos dos programas analisados são relativamente explícitos, embora nem sempre operacionalizados de forma mensurável, o que poderá dificultar a avaliação da sua eficaz concretização e sobretudo dos resultados produzidos, como é exemplo o *Projeto Laço* (D’Espiney, Oliveira, & Borges, 2011).

Relativamente à *fundamentação teórica* dos programas apresentados, prevalecem as teorias ecológicas e sistémicas (Belsky, 1993; Bronfenbrenner, 1979) e os modelos cognitivo-comportamentais. No entanto, alguns programas fundamentam-se em modelos de intervenção de natureza mais terapêutica, salientando-se ainda aqueles que apresentam modelos específicos ao próprio programa, como é o caso do Projeto *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011) assente no Modelo de Reeducação de Nicholas Hobbs, e do Projecto *SAFER* (Dinis et al., 2011) baseado no modelo *Families First* do programa internacional *Homebuilders*, da Universidade do Michigan. No entanto, na maioria dos casos, os modelos de enquadramento descritos fundamentam apenas aspetos globais dos programas, destacando-se a escassez na apresentação de teorias e evidências empíricas específicas que fundamentem a estrutura, os conteúdos e os próprios procedimentos de aplicação e avaliação. Como exceção destacam-se alguns programas internacionais, adaptados em contexto nacional, que seguem modelos específicos, baseados na evidência que fundamenta claramente as intervenções propostas, como é o caso do *Strengthening Families Program* (ver Kumpfer, Whiteside, Green, & Allen, 2010).

Os *dinamizadores* dos programas de formação parental, são, na sua maioria técnicos com formação superior em Psicologia ou Serviço Social, embora nem sempre com formação específica no programa ou em educação parental. Neste contexto, destacamos o Projeto *SAFER* (Dinis et al., 2011) e os programas *Mais Família – Mais Criança*, *Em busca do tesouro das famílias* e *Missão C* (ver Abreu-Lima et al., 2010), que incluem obrigatoriamente formação específica no programa e respectiva supervisão. A este respeito, muitos têm sido os autores que defendem que a eficácia destes programas está dependente de uma série de variáveis características da própria implementação dos programas, nomeadamente o tipo de formação dos dinamizadores dos programas (Centers for Disease Control & Prevention, 2003; Sweet & Appelbaum, 2004). Por exemplo, LeCroy e Whitaker (2005) procuraram identificar as principais dificuldades dos profissionais envolvidos no Programa *Healthy Families America*. Para tal, desenvolveram um instrumento (*Difficult Situations Inventory*) para avaliar quais as áreas com maior necessidade de formação, e desenvolver programas de treino de competências específicas para os mesmos

aprenderem a atuar nas situações mais complexas. As situações identificadas como as mais difíceis foram: trabalhar com recursos limitados no apoio às famílias; facilitar às famílias o acesso a serviços para necessidades específicas, nomeadamente serviços de saúde mental; lidar com o abuso de substâncias (drogas e álcool) por parte dos pais; trabalhar com famílias desmotivadas; mudar estilos parentais e contactar com os pais que, ao contrário das mães, mais dificilmente participam nos programas.

Ao nível do *público-alvo*, os programas de formação parental apresentados são, de uma forma geral, destinados a famílias em elevado risco psicossocial, com filhos referenciados aos serviços de proteção de menores por mau trato ou negligência. No entanto, alguns programas são mais abrangentes, intervindo ao nível da prevenção com famílias ditas normativas, apresentando estas ou não dificuldades no exercício da sua parentalidade. O projeto *Para Pais sobre Filhos* (Rodrigues et al., 2011) e o *Projeto Laço* (D'Espiney et al., 2011) destacam-se na intervenção ao nível preventivo. Já o Projeto *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011) é dirigido especificamente a famílias em situação de risco psicossocial, beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (R.S.I.), ou acompanhadas pelos serviços de proteção de crianças e jovens em risco. Uma das limitações que, ao nível dos destinatários dos programas, tem sido identificada na literatura (Duggan et al., 2004) é a fraca participação dos pais (por oposição às mães) nos programas de intervenção parental. De uma maneira geral os programas analisados não fazem referência a esta limitação. Por outro lado nem sempre são explícitos os critérios que fundamentam a aplicação dos programas a determinadas populações nem quais os critérios considerados para inclusão no programa.

Relativamente às *estratégias* utilizadas nos referidos programas, prevalecem as sessões temáticas em grupo, com a utilização de métodos expositivos, em formato de *sala de aula*, como, por exemplo, no projeto *Novas Oportunidades Parentais* (Santos et al., 2011), geralmente realizadas com uma periodicidade semanal. Alguns dos programas apresentam formatos mais específicos, como o *Escola de Pais* (Pacheco et al., 2011) que utiliza registos de vídeo de interações cuidador-criança, apresentando-os e discutindo-os em sessões de pequeno grupo, complementadas com visitas domiciliárias a cada família. Esta estratégia de intervenção grupal/individual é também a adotada no âmbito de outros projetos – *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011), *Para Pais sobre Filhos* (Rodrigues et al., 2011) e *Novas Oportunidades Parentais* (Santos et al., 2011). Já o projeto *SAFER* (Dinis et al., 2011) centra a sua intervenção em cada família, através de um acompanhamento intensivo, focalizado e limitado no tempo, através de visitas domiciliárias, complementadas com sessões temáticas de grupo. Alguns programas como o *Construir Famílias*, adaptado do *Programa Apoyo Personal y Familiar* (Rodrigo et al., 2006), reforçam ainda a importância dos serviços de apoio às famílias durante a formação, como o transporte ou cuidados prestados às crianças durante as sessões que, de acordo com Abreu-Lima e colaboradores (2010), facilitam a participação e manutenção das famílias nos programas. A partir da informação disponível de cada um dos programas analisados não é possível identificar o que determina a opção por uma ou outra estratégia – visitas domiciliárias (*home-based*) e atividades nos serviços da comunidade (*center-based*). No entanto a literatura indica (e.g., Chaffin, Bonner, & Hill, 2001), como recomendação geral a utilização de múltiplas estratégias na medida em que estas devem ser vistas como complementares.

Quanto à *metodologia de avaliação*, os programas analisados apresentam, na sua maioria, metodologias de avaliação pouco estruturadas, salientando-se ainda a escassez de designs experimentais ou quasi-experimentais. A este respeito destacam-se os programas que prevêm apenas uma avaliação com base na satisfação dos participantes, como é o caso do Projeto *Laço* (D'Espiney et al., 2011). Alguns dos programas utilizam ainda outras metodologias de natureza qualitativa, com a realização de grupos focais, como o projeto *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011) ou o *SAFER* (Dinis et al., 2011). Os programas internacionalmente estandardizados, aplicados em contexto nacional, apresentam protocolos de avaliação mais estruturados, como é o caso do

programa *Construir Famílias*, adaptado do programa *Apoio Personal y Familiar* (Rodrigo et al., 2006), e do projeto *Escola de Pais* (Pacheco et al., 2011), que utiliza critérios bem definidos de constituição da amostra e um design quasi-experimental, com pré e pós-teste. Finalmente, os programas que apresentaram avaliação de *follow-up* são o projeto *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011), que prevê a realização de *follow-up* após dois meses da intervenção, e o projeto *SAFER* (Dinis et al., 2011), que avalia até um ano depois, se as crianças se mantêm na família de origem. Embora alguns dos programas analisados utilizem metodologias qualitativas (e.g., entrevistas, grupos de discussão), para aferir a satisfação das famílias com o programa e obter informação acerca de outros aspetos relevantes da sua implementação, este tipo de avaliação poderá ser insuficiente. O teste da validade interna dos programas, e a avaliação da sua eficácia será melhor salvaguardado através da aplicação de instrumentos específicos no contexto de delineamentos (quasi)experimentais (e.g., Garrido & Camilo, 2012; Trochim & Donnelly, 2006).

Quanto aos *resultados* dos programas, verifica-se que muitos não utilizaram um design de tipo (quasi)experimental, com pré e pós-avaliação e menos ainda incluíram grupos experimental e de controlo. Assim e apesar de, na sua maioria, as famílias terem revelado elevados índices de satisfação com os programas, torna-se difícil avaliar o impacto da intervenção nas competências das famílias e na prevenção ou extinção da negligência. Destacamos, no entanto, três programas nacionais que prevêm evidência da sua eficácia nomeadamente o projeto *Escola de Pais* (Pacheco et al., 2011), que avalia as alterações ao nível da qualidade da relação parental, e os projetos *Nova_Mente* (Vaz et al., 2011) e *SAFER* (Dinis et al., 2011), que avaliam se as crianças se mantiveram nas famílias de origem ou se existiram respostas de acolhimento institucional. Os programas baseados em evidência empírica, apresentam resultados bastante mais consistentes do impacto das intervenções, e alguns já com resultados preliminares da implementação a amostras portuguesas como o programa *Anos Incríveis Básico* (adaptado de *Incredible-Years Program*; Webster-Stratton, Gaspar, & Seabra-Santos, 2012). Embora a própria natureza da situação de crise, na intervenção com famílias em risco psicossocial, apresente sérios constrangimentos ao desenho e implementação de programas com base em designs (quasi)experimentais, que incluam grupos experimental e de controlo avaliados com instrumentos adequados antes e após a aplicação do programa, só assim é possível estabelecer relações de causalidade e adequadamente avaliar a eficácia dos programas na promoção de práticas parentais adequadas (Garrido & Camilo, 2012; Trochim & Donnelly, 2006). Neste sentido a maioria dos programas apresentados poderá beneficiar de designs desta natureza para de que forma mais adequada se possam realizar inferências acerca da sua eficácia.

CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL

Com base na literatura apresentada sobre negligência e programas de intervenção com pais, e atendendo aos principais fatores de risco e de proteção associados à negligência, procuramos nesta secção sistematizar as principais características de um modelo de intervenção com famílias com práticas parentais negligentes, dando ainda conta de um conjunto de estratégias de intervenção e metodologias de avaliação, que apresentamos na Figura 1. Note-se no entanto que esta proposta não se pretende constituir como um novo modelo mas apenas integrar propostas distintas baseadas em evidência que demonstram melhores resultados neste tipo de intervenções.

FIGURA 1

Modelo de intervenção em formação parental



Objetivos do programa

Com base na revisão de literatura realizada e na própria definição de negligência, e tendo como finalidade diminuir as práticas parentais negligentes, através do treino de competências parentais específicas, poderão ser *objetivos* da intervenção: diminuir o nível de *negligência física* às crianças/jovens, desenvolvendo competências domésticas, educativas e relacionais dos pais, motivando-os para (i) a organização e limpeza da habitação com vista a melhorar as condições de habitabilidade e para (ii) a gestão consciente do orçamento familiar, por forma a melhor suprir as necessidades básicas da família ao nível da alimentação, saúde, vestuário e higiene; e diminuir o nível de *negligência educacional e falta de supervisão* das crianças/jovens, (i) implicando os pais nas rotinas diárias dos filhos, nomeadamente na vida escolar, (ii) apoiando-os na resolução de problemas de comportamento e promovendo estilos parentais adequados, e (iii) promovendo espaços diários de comunicação e convívio familiar, com vista à interação positiva pais-filhos. Os objetivos deverão ser passíveis de operacionalização e mensuração e traduzir resultados esperados a curto, médio e longo prazo (W. K. Kellogg Foundation, 1998). Deverão ainda atender à satisfação das necessidades da criança, à relação educativa (Abreu-Lima et al., 2010), às necessidades dos cuidadores, à sua auto-estima e bem-estar (Cruz & Carvalho, 2011; DePanfilis, 1999); contextualizar culturalmente a intervenção; e ainda, privilegiar os recursos comunitários na construção das redes de suporte social (DePanfilis, 1999). Para dar respostas a estes objetivos, e com base nas recomendações da literatura, apresentamos de seguida algumas linhas orientadoras para a construção de um programa de desenvolvimento de competências parentais.

Os programas de intervenção com famílias negligentes poderão ser aplicados durante um número limitado de sessões, para as quais deverão ser definidas atividades de experimentação, lúdicas e reflexivas, sobre temáticas associadas à problemática da negligência parental (ver Abreu-Lima et al., 2010; Camilo, Garrido, & Sá, no prelo). Os conteúdos da formação poderão ser organizados por temática e compilados num manual, com as características principais do programa, os objetivos específicos e as dinâmicas de cada sessão, bem como o protocolo de avaliação a seguir. Este manual reveste-se de especial importância pois constitui um registo de todos os aspetos do programa que permite a sua replicação.

No que diz respeito aos *conteúdos* abordados durante as sessões, estes podem variar de acordo com as necessidades avaliadas para cada família e deverão apresentar flexibilidade de adaptação às características da família (Abreu-Lima et al., 2010). A título de exemplo, apresentamos alguns temas que a literatura tem identificado com alguma consistência (Crittenden, 1999; Dearing, 2008; Evans & English, 2002; Fiese & Marjinsky, 1999; Flores, 2004). Uma das temáticas a abordar num programa desta natureza poderá ser a “perceção parental sobre os filhos e a família”. A abordagem desta temática tem como objetivos capacitar os pais na identificação das principais características dos filhos, reconhecer e refletir sobre as perspetivas que outras pessoas têm dos seus filhos, e identificar possíveis reações da criança ou jovem face a situações ou contextos diversos. Este tema fundamenta-se em propostas da literatura (e.g., Belsky, 1993; Deater-Deckard et al., 2005; Peirson et al., 2001; ver Pereira, 2012 para uma revisão), que sugerem que o temperamento da criança assume um importante papel na evocação de comportamentos parentais coercivos ou não responsivos, sendo por isso importante que os pais consigam reconhecer os comportamentos dos filhos para assim responderem de forma adequada.

Atendendo aos vários estudos que indicam que os ambientes familiares caóticos e desorganizados promovem respostas emocionais imprevisíveis à criança, com custos psicossociais bastante elevados para o seu desenvolvimento (Crittenden, 1999; Evans & English, 2002; Flores, 2004), poderá ser desenvolvida a temática da “gestão doméstica”. O desenvolvimento desta temática tem como principais objetivos delinear com os pais as principais rotinas de higiene, arrumação e organização do lar, tornando-os capazes de operacionalizarem as rotinas identificadas e aplicarem estratégias de divisão de tarefas domésticas (individuais e conjuntas).

A desvantagem económica das famílias é apontada na literatura como um dos principais fatores de risco associados a práticas parentais abusivas (Magnuson & Duncan, 2002; McLoyd, 1998), nomeadamente a negligência (Almeida et al., 1999; Calheiros, 2006). A situação de pobreza provoca stress nos pais com seguintes repercussões negativas na relação pais-filhos, aumentando as práticas parentais abusivas (Dearing, 2008). Desta forma, a temática da “gestão orçamental” poderá assumir especial importância, no sentido de tornar a família capaz de delinear prioridades de aplicação do rendimento familiar mensal, identificar necessidades a curto, médio e longo prazo definindo objetivos de poupança, identificar estratégias de ensino do valor do dinheiro aos filhos e planear a gestão da alimentação e de outras necessidades da família, numa lógica de relação qualidade/custo.

As rotinas familiares assumem particular importância na organização da vida familiar e nas práticas parentais do cuidar (Fiese & Marjinsky, 1999; Kiser et al., 2005; Resnick, et al., 1997). A abordagem desta temática tem como objetivos capacitar os pais para a definição de regras diárias que devem fazer parte da rotina da criança/jovem, reconhecer diferentes estilos de comunicação e formas de relacionamento e delinear estratégias eficazes de aplicação dessas mesmas regras.

O acompanhamento da saúde é também uma temática importante a ser introduzida nas intervenções de formação parental, com vista a assegurar as necessidades da criança (Calheiros, 2006). Com esta temática pretende-se que os pais compreendam a importância da vigilância da

saúde física e mental dos seus filhos, conheçam corretamente as instituições de saúde e como as utilizar e identifiquem práticas preventivas e de supervisão dos consumos (álcool, tabaco, drogas).

Também o acompanhamento escolar integra o constructo da negligência (e.g., Calheiros, 2006) e poderá ser igualmente uma temática a abordar. Diz-nos a literatura (Eccles & Harold, 1996; Epstein, 1983) que o envolvimento das famílias assume especial importância no desempenho e integração positiva em contexto escolar das crianças e que a relação escola-família interfere de forma positiva no seu desenvolvimento. O trabalho com os pais neste âmbito poderá ter como principais objetivos valorizar a importância da escola, compreender a importância das rotinas escolares para a criança/jovem e da relação escola-família, delinear estratégias de apoio às rotinas escolares e definir e rotinizar o tempo de estudo dos filhos.

A abordagem destas temáticas procura ainda prevenir e minimizar problemas associados a comportamentos de risco, assumindo a supervisão parental uma importante estratégia na diminuição destes comportamentos (Valladares & Moore, 2009).

Metodologia do programa

Seleção e caracterização da amostra. A amostra deve ser constituída a partir de critérios objetivos de inclusão e exclusão, instituindo à priori as características que famílias e menores devem apresentar, e qual o seu nível de risco. Para selecionar a amostra é possível recorrer a dados processuais sobre as famílias (e.g., dados demográficos, estrutura familiar e redes de suporte), a informações fornecidas pelos técnicos das instituições que as acompanham (e.g., escola, saúde, serviços de protecção de crianças e jovens) e ainda à aplicação de instrumentos às famílias e aos técnicos.

Quando é utilizado um delineamento experimental ou quasi-experimental os elementos do grupo experimental e de controlo devem apresentar características semelhantes, avaliadas antes da intervenção (e.g., famílias semelhantes, a viver em contextos semelhantes, com problemas semelhantes), que são distribuídos aleatoriamente por um grupo experimental ao qual o programa é aplicado e por um grupo de controlo ao qual o programa não é aplicado (e.g., Garrido & Camilo, 2012; Trochim & Donnelly, 2006).

Procedimentos

Um dos aspetos referidos na literatura que mais se associa ao sucesso de um programa de intervenção neste contexto é o estabelecimento de uma relação entre o dinamizador do programa e a família. Esta relação permite ao dinamizador conhecer melhor o quotidiano de cada um dos elementos da família e a relação existente entre cada um deles, privilegiando a aliança de ajuda que é apontada por DePanfilis (1999) como uma das condições mais importantes para a eficácia dos programas de formação parental. Atendendo à importância da relação de parceria entre os técnicos e cuidadores, as sessões poderão ser realizadas em conjunto com agentes sociais que acompanhem as famílias e com quem mantêm uma relação segura. Todavia, estes técnicos devem ser especializados e ter formação específica no programa de formação parental aplicado (Gomby, 2007). Poderão ainda ser contemplados mecanismos de supervisão aos quais os técnicos poderão recorrer sempre que tal seja necessário.

O programa de formação parental poderá ser aplicado através de visitas domiciliárias, realizadas semanalmente às famílias para trabalhar aspetos específicos. No entanto, ao longo do programa de intervenção deverão existir sessões de grupo, na qual são apresentados conteúdos mais gerais e partilhadas entre as várias famílias as experiências, sucessos, dificuldades sentidas e mudanças concretizadas ao longo do processo. Esta prática fundamenta-se na literatura que indica que estas sessões promovem sentimentos de apoio e ativam a rede de suporte social formal, na medida em que utilizam as estruturas da comunidade, e redes de suporte informal que se podem desenvolver no

âmbito da interação com o grupo (Chaffin et al., 2001; MacLeod & Nelson, 2000; Sweet & Appelbaum, 2004).

Cada sessão poderá iniciar-se com um momento de reflexão com a família sobre as dificuldades inerentes à execução de uma “tarefa semanal”, tentando discutir a aplicação das aprendizagens da anterior sessão ao contexto diário. A aprendizagem desenvolve-se pelo treino no quotidiano de cada família. Pretende-se que as famílias, ao longo do programa, reflitam e analisem as suas práticas menos positivas e, partindo do seu contexto diário, construam novos conhecimentos e competências pessoais e familiares.

Na aplicação do programa deverá procurar envolver-se todos os elementos da família (nomeadamente o pai; e.g., Duggan et al., 2004), privilegiando métodos de resolução de tarefas conjuntas (pai e mãe ou em conjunto com os filhos) através de exercícios com carácter reflexivo ou lúdico. Deverão ser atendidas a as próprias dinâmicas familiares na medida em que, mesmo com conteúdos estandardizados, o programa deverá adaptar-se o mais possível às necessidades e características de cada família (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007).

Outro aspeto particularmente importante que a literatura salienta é a identificação de redes formais e informais de suporte social que deverão ser ativadas, nomeadamente através do apoio no acesso aos serviços da comunidade, cujas funções, condições de acesso e procedimentos deverão ser explicitados à família, e ainda as vantagens das relações com família alargada, amigos e vizinhança (Chaffin et al., 2001; MacLeod & Nelson, 2000; Sweet & Appelbaum, 2004). Dizem Chaffin e colaboradores (2001) que a prevenção do mau trato infantil e da negligência parental deverá iniciar-se nas comunidades, com intervenções a vários níveis que permitam promover a utilização dos vários serviços ao dispor das famílias na comunidade e as várias redes de suporte social, formais e informais.

Avaliação

Desenho de avaliação. Na avaliação de programas de intervenção, e não obstante as limitações que apresentam em contextos de intervenção social e comunitária (ver Garrido & Camilo, 2012), os delineamentos experimentais podem constituir uma estratégia adequada pois possibilitam estabelecer se determinado programa é causa de determinado resultado (e.g., Trochim & Donnelly, 2006). A utilização de um delineamento experimental exige que a constituição da amostra cumpra determinados pré-requisitos (ver *selecção e caracterização da amostra*) e exige a constituição de dois grupos, experimental e de controlo, avaliados antes do programa e no final do mesmo.

A avaliação do programa deverá contemplar a avaliação do *impacto*, através de uma análise comparativa dos dois grupos – experimental e de controlo – no pré-teste, ou seja antes da aplicação do programa e após a sua conclusão (i.e., no pós-teste). Embora, o melhor indicador da eficácia do programa se baseie na observação de diferenças no grupo experimental e inexistência de alterações no grupo de controlo, o sucesso de um programa poderá apresentar diferentes padrões de resultados (ver Garrido & Camilo, 2012, para alguns exemplos). Esta avaliação poderá recorrer a instrumentos, mais ou menos estruturados, adaptados a população em questão e sobretudo, ajustados ao tipo de conhecimentos e competências que o programa pretende desenvolver (ver Camilo et al., no prelo, para alguns exemplos).

Para além da avaliação do *impacto* do programa, deve ser realizada uma avaliação de *processo* (McCall, 2009), respondendo ao *como, porquê, com quem e em que circunstâncias* o programa tem resultados (Durlak, 2010). Esta avaliação inclui a correspondência entre o programa desenhado e implementado (fidelidade/integridade); dosagem; qualidade dos componentes do programa; adesão dos participantes; adaptação/mudanças realizadas ao programa. Esta avaliação poderá envolver técnicas como a entrevista ou grupos focais, que requerem a transcrição dos testemunhos e sua sistematização através de um procedimento *bottom-up* de análise de conteúdo, objetivado na

criação de categorias e subcategorias resultantes da leitura exploratória da informação recolhida (e.g., Guerra, 2006). Os temas definidos para a construção dos guiões das entrevistas ou grupos focais deverão avaliar a perceção das famílias e técnicos sobre os objetivos, expectativas e aprendizagens realizadas durante as sessões (e.g., “quanto às sessões sobre gestão doméstica, o que consideram importante terem aprendido?”), exemplos de aplicação concreta, exercícios de que gostaram mais ou menos, sugestões para melhorar o programa e ainda sobre aspetos metodológicos da aplicação do programa (e.g., duração e periodicidade das sessões). Os guiões para técnicos podem ser orientados em torno da adequação do programa (e.g., adequação das temáticas às necessidades das famílias participantes), recolhendo os seus comentários, sugestões e exemplos concretos. A título de exemplo (ver Quadro 2), as categorias poderão ter em conta, as aprendizagens, os conhecimentos adquiridos ou sentimentos experienciados durante o programa, as metodologias de aplicação, a adequação da duração do programa e dos objetivos às necessidades da família. O processo de avaliação poderá ainda incluir, sempre que adequado, alguns indicadores recolhidos junto de instituições que acompanham a família e a criança nomeadamente a escola, centro de saúde, e em alguns casos junto das comissões de protecção crianças e jovens. Os procedimentos de avaliação utilizados poderão ser repetidos em períodos sucessivos após o término do programa de modo a avaliar os seus efeitos a médio e longo prazo.

QUADRO 2

Exemplos de categorias para orientação de grupos focais

Categorias	Subcategorias	Descrição
<i>Aprendizagens</i>	a) Conhecimentos adquiridos	Conhecimentos teórico-práticos adquiridos nas sessões
	b) Sentimentos/ emoções experienciados	Sentimentos e/ou emoções que as famílias referem ter vivido, ou que os técnicos perceberam durante as sessões
	c) Aplicação ao quotidiano	Exercícios preparados e/ou realizados no âmbito das sessões que as famílias conseguem aplicar ao seu dia-a-dia
	d) Temas destacados	Temas destacados por famílias e técnicos como tendo sido os mais importantes
<i>Metodologia</i>	a) Adequação dos objectivos	Objetivos adaptados às características das famílias e às suas necessidades
	b) Integração nas intervenções com a família	O programa articula-se e integra-se na intervenção que está a ser feita com a família por outros serviços
	c) Duração das sessões e do programa	Adequação do número e duração das sessões às necessidades das famílias
	d) Recursos envolvidos	Número de técnicos e respetiva formação adequados às necessidades da família e à realização das sessões
<i>Propostas</i>	a) Aspetos positivos	Aspetos do programa destacados como positivos para as famílias
	b) Aspetos negativos	Aspetos do programa destacados como negativos para as famílias
	c) Alterações sugeridas	Sugestões para melhorar o programa

COMENTÁRIOS FINAIS

A intervenção com pais constitui-se como uma importante alternativa à retirada dos menores de uma família de origem com práticas negligentes. Este tipo de intervenção assenta na preservação

familiar em famílias negligentes e na promoção das potencialidades de cada família enquanto principal instituição com competência educativa. Os programas de desenvolvimento de competências parentais deverão permitir às famílias responder às necessidades básicas dos seus filhos menores (muitas vezes em articulação com programas governamentais de apoio económico/familiar) e desenvolver a sua competência educativa de forma a serem capazes de, eficazmente, desempenhar as suas funções parentais, alterando a sua condição de “fator de risco” para “fator protetor”.

Todavia, a análise de alguns programas disponíveis, revela, de uma maneira geral, propostas de formação parental, teórica e empiricamente pouco fundamentadas, nem sempre adequados às reais necessidades das famílias, com objectivos e estratégias generalistas e sem procedimentos de avaliação concretos. A implementação pontual destes programas perpetua o risco a que as crianças estão expostas, a constante vitimização das famílias que continuam a sentir-se pouco capazes, e o desperdício de recursos financeiros, humanos e/ou materiais. A literatura indica ainda que a intervenção nestas famílias deve ser sistemática e prolongada porque a mudança é difícil e apresenta constrangimentos muito complexos.

De acordo com a revisão de literatura apresentada, as respostas de intervenção com pais deverão ser teoricamente fundamentadas e baseadas na evidência empírica ou seja, em programas devidamente testados e validados, no sentido da disseminação e generalização de novas práticas de intervenção com famílias negligentes que, de uma forma articulada, integrada e participada, possam capacitar as famílias e reduzir ou extinguir práticas parentais negligentes. Neste sentido são vários os desafios que se colocam à intervenção sobre a negligência e sobre os quais é importante refletir de forma teoricamente enquadrada e sobretudo apoiada na evidência empírica. Foi esta a reflexão que nos propusemos fazer na expectativa de assim contribuir para uma mais eficaz intervenção sobre a negligência.

REFERÊNCIAS

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A. T., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M. F., & Ribeiro dos Santos, M. (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental – Relatório 2007-2010*. FMH, Universidade Técnica de Lisboa, FPCE, Universidade do Porto, FPCE, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, ESE, Instituto Politécnico do Porto.
- Almeida, A., Abreu-Lima, I., Cruz, O., Gaspar, M. F., Brandão, T., Alarcão, M., Ribeiro Santos, M., & Cunha Machado, J. (2012). Parent education interventions: Results from a national study in Portugal. *European Journal of Developmental Psychology*, 9, 135-149.
- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: Os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, XXXIV, 91-121.
- Amaro, F. (1986). *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância, II*. Cadernos do CEJ. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Ministério da Justiça.
- Azevedo, M. C., & Maia, M. C. (2006). *Maus tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia: Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Paidós.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.

- Belsky, J., & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: The determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 153-202). New York: Cambridge University Press.
- Bondarenko, N. (2008). Characteristics of the adaptation of poor and well-to-do families. *Sociological Research*, 47, 64-80.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Caldera, D., Burrell, L., Rodriguez, K., Crowne, S. S., Rohde, C., & Duggan, A. (2007). Impact of a statewide home visiting program on parenting and on child health and development. *Child Abuse & Neglect*, 31, 829-852.
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013a). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo – Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3, pp. 208-237). Lisboa: Edições Sílabo.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013b). Pró-Parental: Um programa de formação para o desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 4). Lisboa: Edições Sílabo.
- Capelo, V., & Carinhas, V. (2011). Espaço da Família – Programa de formação parental. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 147-172). Cascais: Príncipia.
- Centers for Disease Control and Prevention (2003). First reports evaluating the effectiveness of strategies for preventing violence. Early childhood home visitation and firearms laws: Findings from the Task Force on Community Preventive Services. *Morbidity and Mortality Weekly Report*, 52(RR-14), 1-9.
- Chaffin, M., Bonner, B. L., & Hill, R. F. (2001). Family preservation and family support programs: Child maltreatment outcomes across client risk levels and program types. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1269-1289.
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmissions, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.
- Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco [CPCJ]. (2011). *Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2010*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Crittenden, P. (1993). An information-processing perspective on the behavior of neglectful Parents. *Criminal Justice and Behavior*, 20, 27-48.
- Crittenden, P. (1999). Child neglect: Causes and contributors. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected children: Research, practice and policy* (pp. 47-68). USA: Sage Publications, Inc.
- Cruz, H., & Carvalho, M. J. L. (2011). Infância, famílias e educação parental. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 19-33). Cascais: Príncipia.
- Dearing, E. (2008). Psychological costs of growing up poor. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1136, 324-332.
- Deater-Deckard, K., Ivy, L., & Smith, J. (2005). Resilience in gene-environment transactions. In S. Goldstein & R. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 49-64). New York: Kluwer Academic/Plenum.
- Delgado, A. (1996). *Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño*. Bilbao: Imprenta Boan.
- DePanfilis, D. (1999). Intervening with families when children are neglected. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected children: Research, practice and policy* (pp. 211-236) USA: Sage Publications, Inc.

- D’Espiney, A. C., Oliveira, A. C., & Borges, S. V. (2011). Laços, afectos e metodologias: Descritivo de um projecto de formação parental – O Projecto Laço no Bairro de Santa Filomena (Amadora). In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 301-336). Cascais: Príncipia.
- Dinis, C., Delgado, M. G., & Chaleira, P. (2011). SAFER – Serviço de Apoio a famílias em risco. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 281-300). Cascais: Príncipia.
- Duggan, A., McFarlane, E., Fuddy, L., Burrell, L., Higman, S. M., Windham, A., & Sia, C. (2004). Randomized trial of a statewide home visiting program: Impact in preventing child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 28, 597-622.
- Durlak, J. (2010). The importance of doing well in whatever you do: A commentary on the special section, “Implementation research in early childhood education”. *Early Childhood Research Quarterly*, 25, 348-357.
- Eccles, J. S., & Harold, R. (1996). Family involvement in children’s and adolescents’ schooling. In J. D. A. Booth (Ed.), *Family-school links: How do they affect educational outcomes* (pp. 3-35). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Epstein, J. L. (1983). Longitudinal effects of family-school-person interactions on student outcomes. In A. Kerckhoff (Ed.), *Research in sociology of education and socialization* (vol. 4, pp. 101-128). Greenwich, CT: JAI.
- Evans, G. W., & English, K. (2002). The environment of poverty: Multiple stressor exposure, psychophysiological stress, and socioemotional adjustment. *Child Development*, 73, 1238-1248.
- Fernández, J., Alvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infância. *Infancia y Aprendizaje*, 26, 1-15.
- Fiese, B. H., & Marjinsky, K. A. (1999). Dinnertime stories: Connecting family practices with relationship beliefs and child adjustment. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 6, 52-68.
- Flores, R. L. (2004). The effect of poverty on young children’s ability to organize everyday events. *Journal of Children and Poverty*, 10, 99-118.
- Garrido, M. V., & Camilo, C. (2012). Negligência parental: Uma abordagem experimental aos desafios da comunidade. In *Mind*.
- Gomby, D. (2007). The promise and limitations of home visiting: Implementing effective programs. *Child Abuse & Neglect*, 31, 793-799.
- González, N. J. (2007). Síndrome de niño maltratado: Variedad negligencia. *Revista Facultad de Medicina UNAM*, 50, 128-130.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipia Editores.
- Guerra, N. G., Graham, S., & Tolan, P. H. (2011). Raising healthy children: Translating child development research into practice. *Child Development*, 82, 7-16.
- Hanson, T. L., McLanahan, S., & Thomson, E. (1997). Economic resources, parental practices, and children’s well-being. In G. Duncan & J. Brooks-Gunn (Eds.), *Consequences of growing up poor* (pp. 190-238). New York: Russel Sage.
- Hildyard, K., & Wolfe, D. (2007). Cognitive processes associated with child neglect. *Child Abuse & Neglect*, 31, 895-907.
- Horwath, J. (2007). *Child neglect: Identification and assessment*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kiser, L. J., Bennett, L., Heston, J., & Paavola, M. (2005). Family ritual and routine: Comparison of clinical and non-clinical families. *Journal of Child and Family Studies*, 14, 357-372.

- Kumpfer, K. L., Whiteside, H. O., Green, J. A., & Allen, K. C. (2010). Effectiveness outcomes of four age versions of the Strengthening Families Program in statewide field sites. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice, 14*, 211-229.
- LeCroy, C. W., & Whitaker, K. (2005). Improving the quality of home visitation: An exploratory study of difficult situations. *Child Abuse & Neglect, 29*, 1003-1013.
- Lei 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República n.º 204, série I-A, de 1 de Setembro de 1999.
- MacLeod, J., & Nelson, G. (2000). Programs for the promotion of family wellness and prevention of child maltreatment: A meta-analytic review. *Child Abuse & Neglect, 24*, 1127-1149.
- Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Magnuson, K. A., & Duncan, G. J. (2002). Parents in poverty. In M. H. Borenstein (Ed.), *Handbook of parenting* (vol. 4, pp. 95-121). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Martins, P. (2005). O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado. *Infância e Juventude, 4*, 63-84.
- Matos, A. R., & Sousa, L. M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal of Social Work Practice, 18*, 65-80.
- McCall, R. B. (2009). Evidence-based programming in the context of practice and policy. *Social Policy Report, 23*, 3-19.
- McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist, 5*, 185-204.
- Miller-Perrin, C. L., & Perrin R. D. (1999). *Child maltreatment: An introduction*. California: Sage Publications, Inc.
- Milner, J. S. (1993). Social information processing and physical child abuse. *Clinical Psychology Review, 13*, 275-294.
- Milner, J. S. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse & Neglect, 27*, 7-20.
- Moreno, M. J. (2002). Estudio sobre las variables que intervienen en el abandono físico o negligencia infantil. *Anales de Psicología, 18*, 135-150.
- Morton, N., & Browne, K. (1998). Theory and observation of attachment and its relation to child maltreatment: A review. *Child Abuse and Neglect, 22*, 1093-1104.
- Pacheco, A., Milheiro, A. R., Santos, A. A., Benavente, R., Manuel, T., & Luz, V. (2011). Escola de Pais – Um programa de formação parental para famílias de alto risco. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Coords.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 175-199). Cascais: Príncipeia.
- Palácios, J. (2003). Instituciones para niños: Protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje, 26*, 353-363.
- Peirson, L., Larendau, M.-C., & Chamberland, C. (2001). Context, contributing factors, and consequences. In I. Prilleltensky, G. Nelson, & L. Peirson (Eds.), *Promoting family well-ness and preventing child maltreatment* (pp. 41-123). Toronto: University of Toronto Press.
- Pereira, P. M. (2012). Guião de conceptualização de caso de crianças (6-11 anos) em situação de perigo. In M. M. Calheiros, M. V. Garrido, & S. V. Santos (Eds.), *Crianças em risco e perigo – Contextos, investigação e intervenção* (vol. 1, pp. 103-137). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pontón, W., Franco, A., & Ramírez, L. (2006). Maltrato infantil. *Revista de la Facultad de Medicina, 11*, 13-22.
- Resnick, M. D., Bearman, P. S., Blum, R. W., Bauman, K. E., Harris, K. M., Jones, J., Tabor, J., Beuhring, T., Sieving, R. E., Shew, M., Ireland, M., Bearinger, J. H., & Udry, J. R. (1997). Protecting adolescents from harm: Findings from the national longitudinal study on adolescent health. *Journal of the American Medical Association, 278*, 823-832.

- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse & Neglect, 30*, 1049-1064.
- Rodrigues, A. N., Ribeiro, A. P., Castilho, C., Gamito, D., Poppe, F., Lopes, H. R., Fernandes, L., & Morato, P. (2011). Para pais sobre filhos – Um projecto de intervenção com famílias. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Coord.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 227-249). Cascais: Príncipeia.
- Roig, A. M., & De Paúl, J. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martinez Roca.
- Santos, A. M., Santos, M., & Ribeiro, C. (2011). Novas Oportunidades Parentais – A formação parental para pais/cuidadores de crianças e jovens em risco. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 251-279). Cascais: Príncipeia.
- Stavrianos, C., Stavrianou, D., Stavrianou, I., & Kafas, P. (2009). Child neglect: A review. *The Internet Journal of Forensic Science, 4*. Retirado em 20 de Maio de 2012 de <http://www.ispub.com/journal/the-internet-journal-of-forensic-science/volume-4-number-1/child-neglect-a-review.html>
- Soares, H., & Ferreira, B. (2011). Rede de intervenção na família (RIF) – Uma experiência de prevenção de maus-tratos e negligência infantil através da promoção de competências parentais em contexto comunitário. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 339-365). Cascais: Príncipeia.
- Sweet, M. A., & Appelbaum, M. I. (2004). Is home visiting an effective strategy? A meta-analytic review of home visiting programs for families with young children. *Child Development, 75*, 1435-1456.
- Tang, C. M. (2008). Working toward a conceptual definition of child neglect. *Journal of Health & Human Services Administration, 31*, 356-384.
- Tribuna, F., & Relvas, A. (2002). Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência. In A. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas formas de família* (pp. 53-119). Coimbra: Quarteto.
- Trochim, W., & Donnelly, J. P. (2006). *The research methods knowledge base*. USA: Atomic Dog.
- Valladares, S. B., & Moore, K. A. (2009). The strengths of poor families. *Child Trends: Research brief (May, 2009)*. Recuperado em 12 Maio, 2010 do <http://www.childtrends.org>.
- Vaz, A., Mesquita, F., Fazenda, N., Almeida, K., Sarmento, P., Santiago, R., Lopes, R., Silva, S., & Bernardo, S. (2011). Nova Mente – Programa de preservação familiar e formação parental. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 201-225). Cascais: Príncipeia.
- Webster-Stratton, C., Gaspar, M. F., & Seabra-Santos, M. J. (2012). Incredible Years – Parent, teachers and children's series: Transportability to Portugal of early intervention programs for preventing conduct problems and promoting social and emotional competence. *Psychosocial Intervention, 21*, 157-169.
- W. K. Kellogg Foundation (1998). *W. K. Kellogg Foundation Evaluation Handbook*. Retirado em 27 de Novembro de 2012 de <http://www.wkkf.org>
- Wolock, I., & Horowitz, B. (1984). Child maltreatment as a social problem: The neglect of neglect. *American Journal of Orthopsychiatry, 54*, 530-543.
- Zigler, E., & Hall, W. N. (1989). Physical child abuse in America: Past, present, and future. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 38-75). New York: Cambridge University Press.

Parental neglect has been associated with lack of parental skills to educate, supervise and respond to the needs of their children, endangering their well-being. This article presents a brief theoretical framework of the phenomenon of parental neglect, its prevalence and social relevance in the Portuguese

context. We also present some definitions of negligence, refer to some of its theoretical models as well as its main associated protective and risk factors. Then we briefly describe a set of intervention programs with neglectful families developed and implemented in Portugal. This analysis indicates that there are few programs presenting specific theoretical frameworks clearly defined methodologies and strategies and that are even more rare those using designs that allow the adequate evaluation and assessment of their effectiveness. At the end, and based on the literature and on the analyzed programs, we try to outline a general model of intervention in this context and present some proposals regarding the structure and content of training programs for neglecting parents as well as methodologies and procedures for the design and evaluation of their results.

Key-words: Methodologies for assessment and intervention, Parental neglect, Parental skills.